

O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO: COENSINO ENTRE SALA DE RECURSOS E SALA REGULAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Regiane Silva do Espírito Santo

Estudante de graduação em Pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Bolsista de Suportes educacionais para alunos com necessidades educacionais contextualizando o espaço da sala de recursos – Projeto de Iniciação à docência no Núcleo de Educação Especial e Inclusiva UERJ.

espitosantoregiane1984@gmail.com

Brenna da Silva de Castro

Estudante de graduação em Pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Bolsista de Inclusão e Diversidade Humana: Vivenciando linguagens – Projeto de Extensão no Núcleo de Educação Especial e Inclusiva UERJ.

brennacastro7@gmail.com

Jaqueline Medeiros Xavier

Estudante de graduação em Pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Bolsista de Classe Hospitalar do Hospital Universitário Pedro Ernesto: Encontros da Educação com a Saúde – Projeto de Estágio Interno Complementar no Núcleo de Educação Especial e Inclusiva UERJ.

jaquelinemx16@gmail.com

Leila da Silva Azevedo dos Reis

Estudante de mestrado do Programa de Educação, Cultura e Comunicação em Periferias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Pesquisadora do NEEI Núcleo de Educação Especial e Inclusiva UERJ.

leilaareis9@gmail.com

Introdução

Ao analisar o paradigma da inclusão é necessário compreender que a educação está baseada na aceitação e no respeito às diferenças. Contudo, vivemos no mito do discurso inclusivo que na maioria das vezes fica somente na teoria e a dura realidade da prática excludente que permeia o cotidiano escolar.

A escolha pela profissão de professor muitas vezes se baseia na crença de que a educação é uma ferramenta de transformação. Isso igualmente deveria ser válido para a educação inclusiva, considerando a realidade da presença de alunos público-alvo da educação especial no ambiente escolar. Deveriam ver esses alunos com a expectativa de crescimento e autonomia. Nesse sentido, a sala de recursos multifuncionais busca oferecer atendimento especializado e inclusão em sala regular, viabilizando acesso e permanência com equidade.

Destacamos projetos de Inclusão e Diversidade Humana e Suportes Educacionais, vinculados à UERJ, ao Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (www.nucleoneei.org) e ao Diretório de Grupo de Pesquisa do CNPQ - Produção de materiais didáticos em contextos formais e infantis de educação.

Fundamentação teórica

O processo de pesquisa foi baseado em fontes documentais, na análise e interpretação de documentos tais como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, MEC Ministério da Educação (2007) e Resolução CNE/CEB nº 4/2010. Nos quais ratificam a Educação Especial como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e o atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar, aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular.

Sendo assim, a inclusão de estudantes com deficiência nas salas de aula regulares é uma mudança significativa no cenário educacional, promovendo uma abordagem mais inclusiva e equitativa. Anteriormente, esses alunos eram segregados em escolas ou turmas específicas, mas agora têm a oportunidade de participar plenamente da educação regular, graças à sala de recursos multifuncionais (SRM) e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A SRM desempenha um papel crucial ao oferecer suporte pedagógico especializado e recursos de acessibilidade, permitindo que os alunos com deficiência desenvolvam suas habilidades ao máximo. A colaboração entre professores regulares e especializados, conforme destacado por Fernandes (2010) e Glat (2011), é fundamental para garantir uma abordagem holística e eficaz para atender às necessidades individuais dos alunos.

Além disso, o AEE, conforme definido nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial, visa eliminar barreiras para a participação plena dos alunos, complementando sua formação para autonomia e independência. É essencial que as salas de recursos interajam de forma positiva com a família, a comunidade e a cultura dos alunos, como salientado por Placco (2008).

Saviani (2005) destaca que a inclusão não é apenas uma questão educacional, mas também uma ferramenta de emancipação social. Integrar as salas de recursos ao currículo escolar é crucial para garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário às oportunidades de aprendizagem.

Além disso, a acessibilidade é um aspecto fundamental para garantir a inclusão plena dos alunos com deficiência. Não se trata apenas de adaptações físicas, mas também de criar um ambiente psicossocialmente acolhedor, como ressaltado por Fernandes e Orrico (2012). Assim, ao considerar esses aspectos e promover uma abordagem colaborativa e inclusiva, as escolas podem criar um ambiente onde todos os alunos possam prosperar e alcançar seu pleno potencial.

Desenvolvimento do tema

A pesquisa revela que as salas de recursos desempenham um papel determinante na inclusão educacional traz para os alunos público-alvo da Educação Especial possibilidades eminentes de aprimorarem desde o aspecto cognitivo até habilidades fundamentais para uma vida autônoma. A introdução de recursos de acessibilidade, tecnologia assistiva, a interlocução e parceria com os suportes terapêuticos e a família são pontos relevantes que são viabilizados nas salas de recursos. Diante disso, Fernandes e Orrico (2012, p. 145) afirmam que:

A oferta de acessibilidade e os recursos existentes devem ser disponibilizados e as lacunas existentes ser preenchidas por meio de desenvolvimento de tecnologias e metodologias eficazes para atender as necessidades singulares que muitas vezes são identificadas na relação interpessoal entre as pessoas com deficiências e os familiares, profissionais de saúde, educação e demais pessoas do convívio.

Glat (2011) defende o modelo de coensino nas salas de recursos como uma prática inclusiva eficaz. Pesquisas indicam que a colaboração entre professores de educação regular e especial, trabalhando juntos nas salas de recursos, resulta em adaptações pedagógicas que melhor atendem às necessidades dos alunos, criando um ambiente de aprendizagem mais inclusivo.

Placco (2008) destaca a importância de uma abordagem holística nas salas de recursos. Suas pesquisas mostram que esses ambientes, quando interagem positivamente com a família e a comunidade, são mais eficazes na promoção do desenvolvimento integral dos alunos. A sala de recursos deve ser vista como um espaço que conecta diversos aspectos da vida do aluno, facilitando uma educação mais completa e inclusiva.

Saviani (2005) argumenta que a inclusão nas salas de recursos deve ser uma ferramenta de justiça social. Suas pesquisas sugerem que a inclusão educacional pode reduzir as desigualdades sociais, proporcionando a todos os alunos acesso igualitário às oportunidades educacionais. Ele vê a sala de recursos como um elemento fundamental para a transformação estrutural das práticas escolares, garantindo uma educação equitativa.

Conclusões

A inclusão educacional de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas salas de aula regulares, com o apoio das salas de recursos multifuncionais (SRM) e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), representa uma mudança significativa e necessária no cenário educacional. Ao oferecer suporte pedagógico especializado e recursos de acessibilidade, as SRM possibilitam e potencializam o desenvolvimento de habilidades dos educandos público-alvo da educação especial e inclusiva. A participação dos alunos nos serviços de apoio pedagógico especializado e acesso a materiais específicos utilizados nas salas de recursos promove não apenas o seu desenvolvimento cognitivo, mas também habilidades fundamentais para uma vida autônoma. A abordagem colaborativa e inclusiva nas salas de recursos é fundamental para promover o desenvolvimento integral dos alunos, garantindo acesso igualitário às oportunidades educacionais. Portanto, as salas de recursos desempenham um papel crucial na promoção da inclusão educacional e na transformação das práticas escolares para garantir uma educação equitativa para todos os alunos.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: SEESP, 2007

FERNANDES, Ediclêa Mascarenhas. Inclusão escolar: Um processo em construção. São Paulo: Cortez, 2010.

FERNANDES, Ediclêa Mascarenhas; ORRICO, Hélio Ferreira. Acessibilidade e inclusão social. Rio de Janeiro: Descubra, 2012.

GLAT, Rosana. Educação Inclusiva e as Práticas Pedagógicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. Educação Inclusiva: Perspectivas e desafios. Campinas: Papirus, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. São Paulo: Autores Associados, 2005.